

A responsabilidade é do governo

Os servidores podem ter certeza de que a responsabilidade de resolver o imbróglio orçamentário criado com a extinção da CPMF é do governo. As condições para atender as reivindicações dos servidores existem.

Essa é a conclusão ao se analisar os números do orçamento, partindo da proposta original do governo e chegando ao que foi reapresentado com os "cortes" pelo relator José Pimentel.

O quadro ao lado reproduz o item II do "Anexo 5" do orçamento, no qual estão registradas todas as despesas com "alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração" do Poder Executivo.

É nessa rubrica que entram todos os investimentos para os incrementos necessários na folha de pagamento dos servidores do Executivo de um ano para o outro, conforme as avaliações do governo.

Para os acordos assinados em 2007, mais os que estavam em negociação e todos os demais setores, a previsão original do governo era investir R\$ 3,70 bilhões. Os cortes rebaixaram esse número para R\$ 3,46 bilhões, uma redução de R\$ 240 milhões ou cerca de 6,5%.

Será que um corte orçamentário de 6,5% é desculpa suficiente para o governo promover o transtorno que está promovendo com o não cumprimento dos acordos e travamento das negociações?

Ou o orçamento é mesmo uma peça de fic-

ção ou o governo está devendo aos servidores e à população que depende dos serviços públicos muitas explicações.

A exigência dos servidores é nenhum centavo a menos, cumprimento integral e imediato de todos os acordos, conclusão das negociações iniciadas, recomposição salarial, manutenção dos concursos e plano de carreira para todos!

Para o Executivo o corte foi de 6,5%

II. ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO		
DISCRIMINAÇÃO	DESPESA	
	SUBSTITUTIVO DO RELATOR	PROPOSTA ORIGINAL DO GOVERNO
43. Poder Executivo:	3.461.367.490	3.704.367.490
43.1. Reestruturação da remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Executivo, inclusive servidores integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 2006, e militares das Forças Armadas.	3.461.367.490	3.704.367.490

A tal "repactuação"

Nas reuniões ocorridas na semana passada, o governo começou a deixar mais claro o que pretende:

- a) o orçamento pode ser aprovado no Congresso até esta sexta-feira, dia 29; caso isso não ocorra ficará para meados de março;
- b) logo após a aprovação do orçamento, o governo apresentará propostas de novos prazos de implantação de todos os acordos;
- c) haverá "uniformidade" nas propostas, isto é, as tabelas serão implantadas no mesmo momento;
- d) não há intenção de fazer nenhum pagamento de atrasados, nos casos em que ele venha a existir.

A seguir, eis os encaminhamentos de cada setor (leia os relatos no sítio do Sindsep-DF na internet):

- **Cultura:** foram agendadas três reuniões, uma na primeira e duas na segunda quinzena de março; ainda em março será instalado o GT de discussão de outros pontos do Plano de Carreira;

■ **PGPE:** a proposta original para o PGPE previa reajuste em três parcelas, a primeira em março de 2008, a segunda em 2009 e a última em 2010. O Congresso incluiu explicitamente o PGPE no Anexo 5 (veja quadro) como um setor que terá destinação de verbas para aumento de remuneração. No entanto, o governo alegou que a verba deixada é insuficiente e por isso terão que refazer a proposta no que tange aos prazos de implantação em 2008. Uma nova reunião foi agendada para dia 18.03.

O governo ficou de enviar essas tabelas para a Condsef e assim que elas forem recebidas pelo sindicato serão divulgadas.

■ **DNIT:** nova reunião está agendada para o dia 03 de março, quando o governo dará a sua opinião sobre a contraproposta dos servidores do setor.

■ **Incra:** no dia 03 de março, em nova reunião, o governo apresentará proposta de prazos para implantação da tabela, em quatro etapas, sendo duas em 2008; será instalado GT para discutir os demais pontos do plano.

Reivindicações específicas na luta unificada

Marcha a Brasília será 26 de março

A Plenária da Condsef se reuniu neste fim de semana 23 e 24.02 para aprovar um calendário de mobilização visando unificar a luta de todos os servidores. O Sindsep-DF participou com 20 delegados, eleitos numa grande Assembleia realizada dia 20.02. Além da recompo-

sição salarial, cumprimento dos acordos e demais reivindicações econômicas, a categoria precisa enfrentar os projetos do governo que estão no Congresso e ameaçam direitos: PLP 248/98 (demissões por suposta "insuficiência de desempenho"); PLP 92/07 (fundações estatais-privadas); PLC 1.992/07 (fundos de pensão, que decorrem das ECs 20, 40 e 41), além do PLS 611 (o antigo PLP 01, do congelamento salarial).

O governo pretende jogar os servidores, uns contra os outros, para obter as condições favoráveis para tentar impor sua política. Para enfrentar essa si-

tuação, cada setor levantará suas reivindicações específicas, aliando-as às reivindicações gerais. A mobilização e a pressão sobre o governo precisará ser unitária, de modo a, reunir a força necessária para que todas as reivindicações sejam atendidas, as setoriais e as gerais.

Direção aceita rever nova escala de trabalho

No dia 22.02, em reunião com o Sindsep-DF, o subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do MFazenda, Laerte Melliga, e o coordenador geral de Recursos Logísticos, Augusto Akira Chiba, se comprometeram a apresentar uma proposta de escala de trabalho para os agentes de vigilância do órgão, na terça-feira, dia 29.02. Enquanto isso, os servidores retornam para a sua escala original.

A reivindicação do Sindsep é que não haja desvio de função e que seja mantida a escala de



12 x 36 horas nos turnos diurno e noturno. O sindicato defende ainda a atividade de vigilante noturno ou a supervisão dela seja executada apenas por

efetivos do quadro funcional, para evitar que ocorra o mesmo que aconteceu na Petrobrás (roubo de arquivos secretos e aparelhos de informática).



DNPM

Assembléia aprova unificação das tabelas salariais

Em assembléia, dia 21.02, os servidores do órgão aprovaram, por unanimidade, a proposta de unificação das tabelas salariais do órgão elaborada pelo setor. A decisão agora será submetida aos servidores lotados nos demais estados. Na ocasião, também dis-

cutiram a implementação da gratificação de qualificação, prevista no Plano Especial de Cargos e que até hoje não foi regulamentada. Uma nova assembléia está marcada para a quinta-feira, 28.02, quando será apresentado o resultado das discussões estaduais.

ATO-SHOW DIA INTERNACIONAL DA MULHER

07.03 – 12h – Espaço do Servidor
Show com Nilce Santos e Banda
Performance Poética com Margot

Baixos salários e muita indignação

Assim como na maioria dos órgãos do Executivo Federal, os servidores do Ministério das Comunicações recebem complementação de salário mínimo porque possuem vencimento básico abaixo de R\$ 380,00. São servidores qualificados, de nível superior, muitos com cursos de pós-graduação, com a responsabilidade de coordenar projetos de muitos milhões de reais. É o caso, por exemplo, dos engenheiros que possuem VB de R\$

231,00; auxílio alimentação de míseros R\$ 161,99; e auxílio transporte de R\$ 150,00. Esses valores, somados a uma gratificação de desempenho e a GAE, chegam a R\$ 2.300,00, em alguns casos. Indignados com a situação, os servidores cobram dos ministros da pasta e do Planejamento a imediata recomposição salarial e remuneração condizente com as funções executadas, que são imprescindíveis ao serviço público.

MMA

Servidores preparam mobilização

Em assembléia no dia 18.02, os servidores do Ministério do Meio Ambiente (MMA) organizaram a intensificação da mobilização em defesa de suas reivindicações. A partir de uma discussão a respeito da conjuntura das negociações que os vários setores estão realizando com o governo e sobre a importância de combinar a luta específica com as demandas gerais dos servidores foi constituída uma comissão para implementar imediatamente as seguintes tarefas:

a) encaminhar audiência no Ministério do Pla-

nejamento para exigir a reestruturação da carreira;

b) cobrar do MMA esclarecimentos sobre a distribuição de DAS tendo em vista as discrepâncias entre a resposta da sua Secex ao Sindsep-DF e os dados informados pelo MPlanejamento;

c) montar um calendário de mobilização, incluindo nova data de Assembléia e novas pautas de discussão.

O sentimento dos servidores é claro, não dá mais para aceitar o descaço do governo com o meio ambiente e com os servidores que cuidam dele.

FNDE

Direção atende reivindicações dos servidores

Em reunião dia 20.02, com o diretor de Administração e Tecnologia do FNDE, José Carlos Dias de Freitas, e a coordenadora geral de Gestão de Pessoas, Maria Helena Maia, a direção do Sindsep-DF tratou da inclusão dos servidores tabelistas, da relocação de um delegado sindical e da cessão de espaço para a delegacia sindical.

A direção do órgão foi bastante receptiva às reivindicações e informou que já solicitou autorização ao Ministério do Planejamento para a inclusão dos tabelistas no Plano de Carreira do FNDE e também providenciou a relocação do servidor. O diretor assumiu o compromisso de verificar a possibilidade de incluir uma sala para a delegacia sindical no novo projeto de disposição dos ambientes do órgão.

AGENDA

- **Terça-feira – 26.02** – assembléia dos servidores do **Ministério do Planejamento** – “**Bloco C**”
- **Quarta-feira – 27.02** – Reunião de negociação do **Bacen** com o Ministério do Planejamento
- **Quarta-feira – 27.02** – reunião nacional dos servidores da **CEPLAC** – Condsef
- **Quinta-feira – 28.02** – assembléia dos servidores do **Ministério do Planejamento** – “**Bloco K**”
- **Quinta-feira – 28.02** – reunião de negociação dos servidores da **AGU, Arquivo Nacional, DNOCS e Marinha Mercante** com o Ministério do Planejamento

Direção assume compromissos com os servidores



21.02: Sindsep-DF se reúne com diretor-geral da IN

Na quinta-feira, 21.02, durante quase duas horas, o diretor-geral da Imprensa Nacional, Fernando Tolentino, atendeu ao pedido de audiência do Sindsep-DF, debatendo e encaminhando diversos assuntos com resultados considerados positivos pelo sindicato.

Retomada de funções da Imprensa Nacional e retorno dos redistribuídos

Em 2002, para retaliar a categoria em virtude de uma greve e no quadro de um desmonte da Imprensa Nacional, o governo FHC “redistribuiu” 340 servidores para outros órgãos, tirou da IN a histórica Biblioteca Ma-

chado de Assis – prejudicando seu funcionamento – e extinguiu o setor de impressão plana.

A luta da categoria fez com que o atual governo trouxesse de volta 69 desses servidores. Mas falta garantir o retorno de todos os demais e também restabelecer plenamente as funções da IN. Para se ter uma idéia, foram entregues para o lucro de gráficas privadas diversos serviços oficiais, como a impressão de Carteiras de Trabalho, tarefa que a IN realizava com eficiência e com custo muito menor para o Estado.

O Sindsep-DF reivindica o imediato restabelecimento dos serviços ex-

tintos e uma decisão política do governo para corrigir completamente a injustiça cometida contra os “redistribuídos”. O diretor-geral declarou que a IN não colocará nenhum obstáculo a essa solução e se dispôs a encaminhar à Casa Civil o documento por meio do qual o Sindsep-DF vai solicitar a redistribuição reversa dos servidores que queiram retornar, conforme previsto na Lei 11.034/2005.

Quanto aos serviços, a IN, segundo o diretor-geral, já tomou as providências que lhe cabiam e informou que o local para a reabertura da Biblioteca está com reforma prestes

a ser concluída. Falta somente a Casa Civil encaminhar a edição do Decreto que flexibiliza os Decretos 4260 e 4.294/2002, providência que o Sindsep-DF vai cobrar daquele órgão.

Plano de cargos e salários

O Sindsep também apresentou as razões pelas quais as chamadas “gratificações de desempenho”, incluídas na proposta de Plano de Carreira dos servidores da IN, são prejudiciais ao serviço público, pois quebram a paridade ativo-aposentado-pensionista e possibilitam a regulamentação das demissões, previstas

no PLP 248/98. Tolentino declarou que o Plano é uma discussão entre os servidores e o Planejamento e que a IN ainda não foi chamada a se posicionar. O Sindsep vai organizar o debate com a categoria.

Outros assuntos como o atendimento administrativo aos servidores que prestam serviços durante o horário noturno, a redução de carga horária para a enfermagem, liberação para atividades sindicais e critérios para cursos de pós-graduação também foram tratados e receberam encaminhamentos cujos resultados serão informados em breve.

Funasa

Reivindicações ainda não atendidas

Juntamente com a Condesf e outras entidades, o Sindsep-DF cobrou da Funasa solução para importantes questões de interesse dos servidores:

- **Indenização de Campo** – a transformação da Indenização de Campo em gratificação tem o apoio do Ministério da Saúde mas o Ministério do Planejamento está analisando a minuta de Portaria preparada pela Funasa.

- **Intoxicados** – a direção do órgão afirmou que, atendendo a uma determinação da Justiça, já está disponibilizando auxílio aos servidores intoxicados, mas, para isso, ainda depende de comprovação da intoxicação por meio de exames médicos. O sindicato reclamou da resistên-



19.02: representantes dos servidores se reúnem com a Funasa

cia da Funasa em reconhecer a intoxicação recorrendo de todas as sentenças judiciais, o que prejudica ainda mais o servidor que teve a saúde afetada. O Sindsep lembrou que o problema é nacional, com mais de 300 casos registrados no Pará, e

outros em Tocantins, Goiás e Maranhão.

- **Diferença de Vencimento dos trabalhadores oriundos da ex-Dataprev e ex-FSESP** – a Funasa se comprometeu a avaliar o caso e apresentar um parecer dentro de 30 dias.

O Sindsep cobrou o mesmo tratamento dado aos servidores do Datasus, garantido pela Lei 8.270/91.

Ficou agendada uma nova reunião para o dia 10 de março, na qual será tratada a questão da Indenização de Campo.

Atendimento Integrado

Sindsep atende servidores na IN

Um Posto Avançado do Sindsep-DF está instalado na Imprensa Nacional desde o dia 18 e vai permanecer até dia 29.02, com funcionamento de 9h às 21h, sem intervalo para almoço. Já foram atendidos mais de 300 servidores interessados em ajuizar ações trabalhistas.

Sindsep ganha ação pela paridade da GDATA

O Sindsep-DF ganhou ação coletiva que garante a igualdade de pagamento das gratificações de desempenho para ativos, aposentados e pensionistas. A decisão da juíza Iolete Maria Fialho de Oliveira, da 16ª Vara Federal, beneficia 234 aposentados e pensionistas do Ministério da Aeronáutica que fazem parte da ação coletiva 2007.34.00.018033-9.

A Advocacia-Geral da União tem 30 dias para recorrer, a contar do dia 8.02, quando a sentença foi publicada no Diário da Justiça Federal.

No momento não é possível informar o valor que cada beneficiado poderá receber, pois além de aguardar a manifestação da União, é necessário entrar em fase de execução, uma vez que a ação é retroativa a maio de 2002.

O Sindsep-DF ainda aguarda o resultado de outras 53 ações coletivas que foram ajuizadas em meados de 2007, as quais beneficiam todos os aposentados e pensionistas filiados ao sindicato até maio de 2007. Ações individuais continuam a ser ajuizadas pelo sindicato. Para mais informações, procure um dos Postos de Atendimento do sindicato.

Mais ações vitoriosas

A Justiça mandou atualizar os cálculos do processo 93.0008802-5, que envolve 168 servidores do Ministério da Cultura, para a emissão dos precatórios. Assim que forem emitidos, o Sindsep irá relacionar os nomes dos beneficiados.

Averbação de tempo de serviço para aposentadoria

Em ofícios encaminhados aos dirigentes de Recursos Humanos do Executivo, a SRH do Planejamento ratifica a contagem de tempo de serviço rural e de trabalho no setor privado para efeito de aposentadoria estatutária. Para o primeiro, de acordo com o Ofício Circular nº 13, de 06.08.07, é necessária a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias, à época da realização da atividade rural ou depois. Já no que se refere ao período de trabalho vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, a averbação é automática, sem a necessidade de certidão de tempo de serviço emitida pelo INSS (Ofício Circular nº 17, de 21.12.07).

O Sindsep orienta a todos os servidores que se encontram nas situações apresentadas que requeiram no setor de Recursos Humanos do seu órgão a averbação de tempo de serviço. Caso o pedido seja indeferido, procure imediatamente a Secretaria de Assuntos Jurídicos do sindicato.

Unidade da categoria

Nesta semana, o site do Sindsep-DF na internet é enriquecido com materiais organizados por Local de Trabalho.

O Sindsep-DF nasceu na década de 80 com o propósito de unir os servidores públicos federais no DF. Esta concepção de unidade da categoria ganhou uma dimensão nacional com a constituição da Condsef, a qual se fortaleceu ainda mais com a filiação à CUT, quando a base do Sindsep-



DF passou a fazer parte da unidade de todos os trabalhadores do campo e da cidade, dos setores público e privado.

O sindicalismo classista distingue o Sindsep-DF. Seu princípio fundamental é a compreensão de que os interesses dos trabalhadores são antagônicos e inconciliáveis com os interesses dos grandes patrões e governos. Por isso, o sindicato precisa se organizar e agir de modo totalmente independente, observando essa independência inclusive em relação aos partidos que declaram representar os trabalhadores. A garantia da indepen-

dência é a defesa das reivindicações da categoria.

Historicamente, foi exatamente a unidade do funcionalismo público, inclusive com outras categorias de trabalhadores, que resultou em grandes e importantes conquistas: o Regime Jurídico Único, que trouxe a estabilidade no emprego; a Gratificação de Atividades Executivas (GAE); a extensão dos reajustes de 28,86% e 3,17%, concedidos primeiramente apenas aos militares; e a correção e liberação ao servidor do FGTS recolhido no período em que trabalhou como celetista, são apenas alguns exemplos de vitória-

as alcançadas graças à unidade da categoria.

Ciente do poder de um sindicato geral, que unifica os setores do funcionalismo numa mesma luta, e que pratica uma concepção classista, de enfrentamento em defesa das reivindicações e não de conciliação ou “colaboração”, os sucessivos governos nunca deixaram de tentar fragmentar a categoria, incentivando a pulverização por meio da idéia de

que isolados os órgãos teriam melhores condições de “resolver nossos problemas”.

Foi em contextos em que estimulou a divisão e a desagregação de entidades sindicais que o governo aproveitou para impor retrocessos como a contra-reforma da previdência social, a quebra da paridade ativos-aposentados-pensionistas, com as avaliações de desempenho e a política de individualização dos contratos de trabalho.

Para repelir novos ataques aos nossos direitos, reconquistar o que foi retirado pelos governos e defender novas reivindica-

ções, o Sindsep-DF trabalha incessantemente pela unidade da categoria, respeitando a democracia e defendendo a liberdade de organização sindical, contra toda interferência estatal, como preconiza a Convenção 87 da OIT.

A existência e fortalecimento da organização por local de trabalho é essencial para garantir a integração entre as reivindicações específicas, que existem em toda parte, com as reivindicações e as lutas gerais, que envolvem todos e cada um dos servidores regidos pela Lei 8.112/1990. Neste sentido, é que a nova direção do sindicato quer aprovar no XIII Congresso do Sindsep-DF as alterações estatutária que garantam a implementação das seções sindicais de fato. Também com este objetivo estamos inaugurando as páginas por Local de Trabalho.

MEC URGENTE

No fechamento desta edição, chegaram denúncias de que continuam ocorrendo perseguições e assédios no MEC, notadamente contra delegados sindicais do Sindsep-DF. O Sindicato está agendando audiência com dirigentes do MEC para coibir tais abusos, ao mesmo tempo impulsiona a mobilização em defesa da categoria.